programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk
Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

O USO DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS PARA A PRODUÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICOS
(Resumo)

Antonio Braz de Oliveira e Silva[1]

Os indicadores econômicos e sociais podem ser obtidos a partir de pesquisas realizadas com esses objetivos, ou a partir de registros administrativos mantidos por organismos ou instituições governamentais. Os registros administrativos são mantidos para uso das próprias instituições e estão ligados às funções de controle e fiscalização que elas exercem. No entanto, a principal função dos organismos que mantêm os registros administrativos não é a produção de estatísticas. As necessidades decorrentes do exercício de suas funções, a falta de pessoas especializadas, o fato de esse rigor não afetar significativamente, no curto prazo, o desempenho dessa instituição, etc., fazem com que preocupações quanto ao rigor estatístico sejam, muitas vezes, negligenciadas. Ainda assim, sua qualidade, em geral, é muito boa. Normalmente, utilizam-se de classificações definidas pelo organismo oficial de estatística. Também são contínuas no tempo, o que, num país carente de recursos para o desenvolvimento de novas pesquisas, pode significar a única oportunidade de conhecimento da realidade.

Até o momento, praticamente o único uso dos Registros Administrativos na área de estatísticas econômicas (exceto às referentes ao Sistema Financeiro e Balanço de Pagamentos) é a manutenção/criação de cadastros pelo órgão oficial de estatística -

---

[1] *Diretor do Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro - CEI/FJP, órgão oficial de estatística do Governo de Minas Gerais.*

IBGE. O cadastro é fundamental na elaboração das pesquisas econômicas, pois permite o controle dos informantes. Em pesquisas amostrais, fornece o universo para que se possa realizar a expansão das amostras. Evita, ainda, que haja superposição entre as diferentes pesquisas.

O uso de registros administrativos na geração de indicadores econômicos e sociais deve ser precedido de uma série de cuidados que evitem que distorções das informações sejam interpretadas erroneamente. A utilização de registros administrativos na produção de indicadores sociais é bastante ampla. As Estatísticas Vitais são obtidas a partir das informações mantidas pelos Cartórios de Registro Civil e Varas de Família sobre o número de nascimentos, óbitos, casamentos, separações, etc.. As informações sobre o Sistema Monetário e Financeiro provêm do órgão regulador e fiscalizador, o Banco Central, que também fornece as informações sobre o Balanço de Pagamentos. Já as informações sobre o comércio de mercadorias, classificadas por grupos de produtos, são fornecidas pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo - SECEX-MICT (exportações) e o Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda - CIEF (importações). Note-se que o controle das importações está associado à arrecadação de impostos e taxas.

Normalmente a utilização das informações não passa por um processo de crítica para eliminar os eventuais "ruídos" existentes nos registros administrativos. Nos últimos 10 anos, o Departamento de Contas Nacionais do IBGE vem desenvolvendo um processo de utilização mais intensiva das fontes administrativas. Esse processo está dentro do projeto de desenvolvimento de um novo Sistema de Contas Nacionais, que conta com consultoria do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSÉÉ*, organismo oficial de estatísticas da França, um dos institutos estatísticos mais avançados do mundo. Dentro desse projeto, passou-se a

utilizar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas como fonte de dados para a construção das Contas das Empresas Não-Financeiras.

O momento atual vivido pelo Estado brasileiro, onde os limites de atuação estão dados pela restrição orçamentária e pelas discussões em torno do papel do mesmo, e com o crescente afastamento do IBGE das tarefas de produção de estatísticas estaduais e, principalmente, municipais, coloca novos desafios para os Organismos Estaduais de Estatística. Uma alternativa é o uso mais intenso dos registros administrativos mantidos pelos Estados.

As Secretarias de Fazenda - SEFA's - mantém um cadastro de contribuintes do ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias, prestação de serviços de transporte interestaduais e intermunicipais e de comunicações, com informações sobre entradas e saídas de mercadorias e serviços, valor adicionado, base de cálculo do imposto, e o imposto propriamente dito. São informações obtidas por estabelecimento, e têm cobertura do setor formal (de contribuintes do imposto). Investiga, também, informações complementares sobre pessoal ocupado, folha de pagamento e despesas totais. Utilizam-se da classificação básica do IBGE, adaptando-a, normalmente para seu próprio uso.

As informações contidas nesses formulários podem ser usadas para a montagem de indicadores econômicos. As informações referentes às entradas e saídas de mercadorias podem ser usadas nas Contas Regionais, pois permitem o cálculo do Valor Adicionado que, com alguns ajustes, aproxima-se do conceito definido nas Contas Nacionais/Regionais. Sabe-se, em função da própria legislação sobre o imposto, que as atividades da indústria extrativa e de transformação, distribuição de energia elétrica e do comércio formais estão bem cobertas, enquanto as atividades de serviço precisam ser melhor analisadas. Os valores informados permitem a obtenção de indicadores nominais, isto é, a preços correntes, que com o uso de deflatores apropriados pode fornecer informações sobre o desempenho econômico.

O USO DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS PARA A PRODUÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICOS

Os indicadores econômicos e sociais podem ser obtidos a partir de pesquisas realizadas com esses objetivos, ou a partir de registros administrativos mantidos por organismos ou instituições governamentais. Os registros administrativos são mantidos para uso das próprias instituições e estão ligados às funções de controle e fiscalização que elas exercem.

As pesquisas realizadas com o objetivo de gerar informações são precisas nas suas conceituações. Ao se definir o campo das observações deve-se definir concomitantemente a unidade estatística de investigação. As unidades estatísticas são os elementos da população que se deseja mensurar. A precisão das estatísticas e indicadores depende do rigor na definição da unidade de investigação. Como uma observação pontual raramente acrescenta capacidade explicativa, normalmente o interesse é o acompanhamento da unidade estatística ao longo do tempo. Para isso é necessário classificá-la e identificá-la. Esses procedimentos são inerentes à própria definição da pesquisa.

Já os registros administrativos são criados e mantidos para facilitar os trabalhos de fiscalização e controle. Em tese, as preocupações com o rigor deveriam ser idênticas às de uma pesquisa. No entanto, a principal função dos organismos que mantêm os registros administrativos não é a produção de estatísticas. As necessidades decorrentes do exercício de suas funções, a falta de pessoas especializadas, o fato de esse rigor não afetar significativamente, no curto prazo, o desempenho dessa instituição, etc, fazem com que essas preocupações sejam, muitas vezes, negligenciadas. Ainda assim, sua qualidade, em geral, é muito boa. Normalmente utilizam-se de classificações definidas pelo organismo oficial de estatística. Também são contínuas no tempo, o que, num país carente de recursos

para o desenvolvimento de novas pesquisas, pode significar a única oportunidade de conhecimento da realidade.

O uso de registros administrativos na geração de indicadores econômicos e sociais deve ser precedido de uma série de cuidados que evitem que distorções das informações sejam interpretadas erroneamente. A utilização de registros administrativos na produção de indicadores é bastante ampla. As Estatísticas Vitais são obtidas a partir das informações mantidas pelos Cartórios de Registro Civil e Varas de Família sobre o número de nascimentos, óbitos, casamentos, separações, etc. As informações sobre o Sistema Monetário e Financeiro provêm do órgão regulador e fiscalizador, o Banco Central, que também fornece as informações sobre o Balanço de Pagamentos. Já as informações sobre o comércio de mercadorias, classificadas por grupos de produtos são fornecidas pela Secretaria de Comércio Exterior - SECEX (exportações) e o Centro de Informações Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda - CIEF (importações). Note-se que o controle das importações está associado à arrecadação de impostos e taxas.

No caso dos indicadores econômicos, utilizam-se desde informações cujo conteúdo tem significado qualitativo (como o número de falências requeridas) até aquelas utilizadas, na área de Contas Nacionais, nos cálculos dos agregados macroeconômicos: além das fornecidas pelo Banco Central, já citadas anteriormente, citam-se também os Balanços das Administrações Públicas (governos federal, estaduais e municipais) por função, os dados de arrecadação de impostos (quando possível, por grupos de produtos), estatísticas sobre transportes (Departamento de Aeronáutica Civil, por exemplo), comunicações, etc.

Normalmente a utilização das informações não passa por um processo de crítica para eliminar os eventuais "ruídos" existentes nos registros administrativos. Nos últimos 10 anos, o Departamento de Contas Nacionais do IBGE vem desenvolvendo um processo de utilização mais intensiva das fontes administrativas. Esse processo está dentro do projeto de desenvolvimento de um novo Sistema de Contas Nacionais, que conta com consultoria do *Institut National de la Statistique et*

des Études Économiques - INSÉÉ, organismo oficial de estatísticas da França, e um dos institutos estatísticos mais avançados do mundo.

1) O Uso de Registros Administrativos nas Contas Nacionais

A Importância do Cadastro

O cadastro é fundamental na elaboração das pesquisas econômicas, pois permite o controle dos informantes. Em pesquisas amostrais, fornece o universo para que se possa realizar a expansão das amostras. Evita, ainda, que haja superposição entre as diferentes pesquisas.

A manutenção de um cadastro atualizado por parte dos organismos oficiais de estatística tem um custo elevado. Por isso, utilizam-se os diferentes cadastros mantidos pelos organismos do governo, previdência social, etc. Ainda assim, cada cadastro tem seu próprio custo de manutenção e atualização, em muitos casos, os diferentes cadastros não são inteiramente compatíveis entre si.

A unificação dos diferentes cadastros não é uma decisão que pode ser tomada pelos organismos de estatística. Trata-se de uma decisão administrativa, tomada por uma instância superior, capaz de impor sua utilização por todas as esferas da administração. (Não significa que os diferentes organismos deixem de manter seus cadastros, pois alguns precisam adicionar informações específicas ao cadastro básico. Deixa de haver, entretanto, preocupação quanto à sua atualização e a coerência das informações básicas).

O cadastro facilita a comparação entre os dados das diferentes pesquisas e registros administrativos, desde que se disponha de classificações e definições quanto às unidades de observação comuns. Essa comparação visa identificar as causas das diferenças entre as fontes, eliminando-as ou tratando-as.

Os departamentos responsáveis pela elaboração de pesquisas e a área de censos econômicos necessitam de cadastros para realizarem suas pesquisas. O IBGE mantém uma área de cadastro, que se utiliza principalmente das informações da

Receita Federal (CGC) e da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), além de realizar pesquisas de atualização cadastral.

Esses cadastros são bastante abrangentes, cobrindo o setor formal da economia. Apresentam os inconvenientes da maioria dos cadastros: não é atualizado quanto ao desaparecimento de empresas, não permite acompanhar alterações referentes a cisões, fusões, etc, usa a classificação do IBGE, mas sem o rigor de sua aplicação (as empresas se autoclassificam, não há controle da classificação), etc.

Até o momento não se faz uso dos cadastros mantidos pelas Secretarias Estaduais de Fazenda, empresas concessionárias de serviços públicos, etc.

A Experiência Brasileira no uso de Registros Administrativos no desenvolvimento do Novo Sistema de Contas Nacionais

O IBGE, através do Departamento de Contas Nacionais, passou a desenvolver um Novo Sistema de Contas Nacionais - NSCN, a partir de 1984, com consultoria do INSÉÉ - França. Dentro desse projeto, passou-se a utilizar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas como fonte de dados para a construção das Contas das Empresas Não Financeiras.

Como o sistema estatístico brasileiro está baseado em censos qüinqüenais, nos anos censitários deveria haver um confronto de dados para que se identificassem e corrigissem as incoerências.

Os trabalhos para o ano de 1980 foram pioneiros e tiveram uma dificuldade adicional: o Censo de 1980, ao contrário do de 1985, não tinha um formulário próprio para investigar as empresas. A investigação cobria apenas os estabelecimentos. As variáveis investigadas nos censos e declaradas no IRPJ tinham conteúdo bastante diferente, exigindo um trabalho grande de reconciliação.

O uso do IRPJ permitiu a identificação de uma série de inconsistências no desenho dos formulários de pesquisa, muitas das quais não puderam ser corrigidas no Censo de 1985. Muitas alterações foram introduzidas nas pesquisas anuais realizadas a partir de 1986 (Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual de Comércio,

Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário e Pesquisa Anual da Industria da Construção).

Com a construção da série 1980-85 do NSCN, pode-se avaliar a coerência temporal do IRPJ. Dentro de um mesmo ano base da declaração coexistem informações atrasadas, com período contábil diferente de 12 meses (para aqueles anos, havia também empresas com ano contábil diferente do ano civil). A busca de coerência das informações passou num primeiro momento, pela consistência interna de cada uma das fontes: coerência interna das declarações e formulários e coerência temporal (série histórica). Foram detectados problemas de evolução dos dados de uma mesma empresa ao longo da série e inconsistências internas dos dados Num segundo momento, as fontes são comparadas e as diferenças analisadas. Algumas estão relacionadas às alterações que ocorrem no próprio sistema produtivo, como fusões, cisões, falências, etc, que tornam difícil a manutenção de um cadastro. Outras, não relacionadas diretamente ao cadastro, decorrem de constantes alterações e evolução das operações econômicas e afetam o conteúdo das variáveis. Parte do problema no uso de informações tributárias decorre basicamente do fato de serem registros administrativos mantidos por uma instituição cuja principal preocupação é a arrecadação e algumas das incoerências não afetarem a arrecadação no curto prazo. Outras, embora possam afetá-la, não são significativas: aqui, como em outros lugares, o sistema produtivo é bastante concentrado, e as grandes empresas são bem controladas.

Em outra etapa, foi feita uma comparação com os resultados do Censo de 1985. Nesse caso, as principais divergências foram decorrentes das diferentes definições do conteúdo das variáveis e o campo coberto pelas pesquisas. Deve-se observar que o próprio Censo, ao investigar separadamente empresas e estabelecimentos, permitiu analisar as diferenças entre essas duas óticas de investigação. Foram constatadas diferenças significativas, algumas necessitando uma investigação mais aprofundada. Sabe-se que algumas são decorrentes da inflação e o tratamento que a legislação permite aos diferentes aspectos da inflação e seus impactos sobre a contabilidade.

Embora não se tenha avançado na investigação das divergências encontradas, o uso do IRPJ permitiu a construção de uma Conta Intermediária para o Setor Institucional Empresas Privadas não Financeiras. [1] A experiência permitiu que se alterasse a concepção de várias pesquisas econômicas, além de reforçar a necessidade de uma redefinição dos elementos fundamentais na produção de estatística: controle cadastral, classificação e conceituação de variáveis e unidade de investigação.

2) O Uso dos Registros Administrativos das Secretarias de Fazenda e Concessionárias de Energia Elétrica para a geração de Indicadores Econômicos

As Secretarias de Fazenda em geral, mantêm um cadastro de contribuintes do ICMS - Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias, Prestação de Serviços de Transporte Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicações, com informações sobre entradas e saídas de mercadorias e serviços, valor adicionado, base de cálculo do imposto, e o imposto propriamente dito. São informações obtidas a nível de estabelecimento, e tem cobertura do setor formal (de contribuintes do imposto), especialmente para as atividades industriais e comerciais. Em alguns Estados, investiga-se também um conjunto de informações complementares, tais como o pessoal ocupado, folha de pagamento, despesas totais, etc. Utilizam a classificação básica do IBGE, adaptando-a para seu próprio uso. As empresas de energia elétrica também mantém um cadastro de consumidores, usa a classificação do IBGE, e embora use como referência os medidores (o que significa que num mesmo endereço é possível haver mais de uma informação), é possível restabelecer o conceito de unidade local (endereço).

A Receita Estadual dispõe de formulários para informações mensais sobre a arrecadação, além de outros formulários que podem variar segundo a Unidade da Federação. Os formulários mensais (GIA - Guia de Informações e Apuração do

[1] Ver IBGE Novo Sistema de Contas Nacionais metodologia e resultados provisórios ano-base 1980. Rio de Janeiro: 1988 (Textos para Discussão, n.10)

ICMS e GIAR - Guia de Informações, Apuração e Recolhimento do ICMS) são uma fonte bastante rica de informações sobre as atividades econômicas.

Essas informações podem ser usadas para a montagem de indicadores econômicos sobre o comportamento das atividades industrias e comerciais. As informações referentes às entradas e saídas de mercadorias podem ser usadas nas Contas Regionais, pois permitem o cálculo do Valor Adicionado que, com alguns ajustes aproxima-se do conceito definido nas Contas Nacionais/Regionais.

Os valores informados permitem a obtenção de indicadores nominais, isto é, a preços correntes. Esses indicadores podem ser úteis para acompanhar as mudanças de estrutura, mas não são adequados para analisar o crescimento ou produtividade das atividades econômicas. O uso de deflatores não apropriados introduz outros tipos de distorções, de difícil interpretação.

Os dados em valor devem ser separados em seus elementos de preço e quantidade (ou os indicadores de valor devem ser decompostos em índices de preço e *quantum*) para que possam ser utilizados para o acompanhamento da conjuntura econômica. Para que isso ocorra, deve-se fazer uso de informações obtidas junto a às empresas de energia elétrica, inclusive informações cadastrais.

Apresentam-se a seguir, de forma resumida, as diferentes etapas de trabalho para uma utilização mais ampla desses registros administrativos para atender a demanda de informações econômicas para as atividades da Indústria Extrativa e de Transformação e do Comércio:

I) Análise das séries mensais de arrecadação (em valor), PIM-PF (índices de *quantum*) e PIM-DG (índices de valor da produção, salário e emprego), quando disponíveis, quando disponíveis, consumo de energia elétrica (*proxy* do índice de *quantum*) para a obtenção de índices de preço. Análise dos índices resultantes frente a outros indicadores de preço industrial, tais como o Índice de Preços no Atacado - IPA da FGV. Essas análises devem ser realizadas a nível de gênero (2 dígitos da classificação industrial). Utilizar, quando disponíveis, as informações de pessoal ocupado e folha de pagamento para análise de produtividade e salário médio real. Comparar os dados de arrecadação por gênero com informações de Valor da

Produção da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais PIM-DG do IBGE. Também devem ser considerados as séries de pessoal ocupado e salários nominais. Os resultados podem também ser comparados com os da Pesquisa Industrial Anual - PIA do IBGE.

II) Numa segunda etapa, pode-se avançar a análise para um maior nível de desagregação (3 ou 4 dígitos da classificação). Nesse caso, como não são disponíveis informações das Pesquisas Mensais da Industria, deve-se usar as informações de valor e consumo de energia elétrica. Repetem-se também os trabalhos sobre produtividade e salário médio real. Os resultados podem também ser comparados com os da Pesquisa Industrial Anual - PIA.

III) Em paralelo, deve-se iniciar uma discussão sobre o conteúdo dos cadastros das Secretarias de Fazenda e Concessionárias de Energia Elétrica, especialmente o conceito de unidade de investigação e a classificação. Aparentemente, o uso do conceito de unidade local (denominado estabelecimento) é comum aos dois cadastros. Como esse é um trabalho de grande envergadura, deve-se trabalhar inicialmente com um painel de grandes empresas/estabelecimentos representativos. O número de estabelecimentos cadastrados é muito grande e, por isso, deve-se buscar um subconjunto representativo que facilite o trabalho inicial.. Para não se fazer um corte aleatório, deve-se inicialmente avaliar o número de estabelecimentos em cada grupo da classificação, das atividades da Indústria Extrativa e de Transformação e do Comércio Atacadista e Varejista.. No primeiro caso, vai-se trabalhar com a classificação a 4 dígitos. Para as atividades de comércio, será necessário criar um novo agrupamento de forma a se poder usar como deflator os grupamentos do INPC e do IPA.. Para cada atividade na classificação selecionada, definir o número total de informantes, o número de informantes para se obter 90%, 75% e 50% de cobertura do valor das saídas, e o peso da atividade no total das saídas (da Indústria para as atividades industriais e do Comércio para as atividades comerciais) e dentro de cada atividade, selecionar o número de estabelecimentos desejado.

Com relação aos estabelecimentos selecionados para a geração de indicadores econômicos, deve-se ainda ter os seguintes cuidados:

•Identificar grupos homogêneos de estabelecimentos segundo as características fiscais (substituição, centralização, regimes especiais, etc.) e características especiais no consumo de energia elétrica, separando-os dos demais, para compor uma grupo especial de análise;

Deve-se, ainda, ter as seguintes preocupações quanto ao cadastro: a) os cadastros devem permitir a associação de estabelecimentos de uma mesma empresa. Devem conter o CGC de forma a poder ser comparado com outros cadastros, principalmente o do IBGE; b) deve-se buscar o uso de uma classificação única, de preferência comum à do IBGE. A classificação oficial do Brasil, a cargo do IBGE, foi alterada para se tornar compatível com a nova classificação internacional (denominada Revisão 3 da Classificação Internacional Uniforme de Atividades)(2). Dentro dessa proposta, deve-se considerar desde já a introdução da nova classificação. Seguir o mais estritamente possível a classificação oficial facilita os trabalhos de compatibilização; e c) o cadastro deve permitir acompanhar alterações na estrutura dos estabelecimentos.

IV) Os trabalhos sobre as atividades comerciais não contam com a possibilidade de uso de indicadores externos de *quantum* (no comércio, a energia elétrica não pode ser considerado um coeficiente técnico significativo). Assim, devem-se usar deflatores mais desagregados (3 ou 4 dígitos), separando-se, ainda, o varejo - em que seria utilizado o INPC - do atacado - em que seria utilizado o IPA.

---

(2) A nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE foi divulgada a partir da publicação, em 26/12/94, no Diário Oficial da União da resolução da Presidência do IBGE e deverá ser implementada a partir de 01/01/95. Foi instituída, pelo Decreto nº 1264, de 11/10/94, a Comissão Nacional de Estatística - CONCLA, com representação de outros órgãos governamentais com vistas a criação de normas e padronização da classificação.

V) Pode-se em paralelo, usar a base do IBGE, que mantém um cadastro atualizado (dentro das possibilidades existentes) através do uso da RAIS e o CGC do Ministério da Fazenda. Segundo informações dessa instituição, o "Cadastro de Emissão do Censo Cadastral de 1995" refere-se ao ano de 1993 e contém a classificação antiga e a nova (esta realizada com auxílio de um tradutor, e só estará completamente validada após a realização do Censo), compondo o cadastro mais atualizado do IBGE. Para evitar o problemas de comparação deve-se solicitar a identificação da sede das empresas. Como o IBGE não pode informar, por força da Lei de Sigilo Estatístico, as variáveis econômico-financeiras e de emprego dos estabelecimentos e empresas, deve-se solicitar o cadastro por faixa de Pessoal Ocupado, permitindo, com isso, além da revisão da classificação, a crítica às informações de emprego disponíveis. Para evitar que o pedido seja demasiado grande, pode-se fazer a solicitação por atividades, dando-se prioridade às atividades da Indústria e Comércio.

ANTONIO BRAZ DE OLIVEIRA E SILVA.

programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras

Fórum de Usuários

Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"

Simpósio de Inovações

Jornada de Cursos

Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk
Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.